

REAJUSTE JÁ!

Com uma perda salarial de 18,13% (ICV/DIEESE), os metroviários e demais categorias se unem na luta para manter o poder aquisitivo dos salários. O ato de lançamento da Campanha Unificada será no próximo dia 15, a partir das 16h, na Praça da República



Fruto de uma herança perversa deixada por Fernando Henrique Cardoso, a situação econômica do país tem causado sérios prejuízos aos trabalhadores que sofrem com os constantes reajustes de preços e tarifas, provocados pela inflação.

Sem uma política salarial de reposição dessas perdas, os trabalhadores lutam para garantir o poder aquisitivo dos seus salários.

Por isso, a CUT está organizando um ato de lançamento da Campanha Unificada de várias categorias que reivindicam a reposição das perdas salariais, lutam pelos seus direitos e pela implementação das mudanças necessárias para o país alcançar o desenvolvimento, com distribuição de renda, contemplando os interesses dos trabalhadores.

Nessa luta participam os metroviários, servidores públicos municipais, estaduais e federais, eletricitários, trabalhadores do serviço de saneamento, água e esgoto, da construção civil, entre outros.

Além da reposição das perdas, os trabalhadores lutam contra a política irresponsável de sucateamento dos serviços públicos, implantada pelo governo Geraldo Alckimin em São Paulo, que está afetando toda a infra-estrutura do Estado, ampliando a exploração dos trabalhadores, penalizando o setor produtivo, aumentando o desemprego, agravando o quadro social, impondo condições instáveis dos serviços públicos e impedido que São Paulo tenha uma melhor qualidade de vida.

O governo Geraldo Alckimin privatizou empresas estratégicas e terceirizou vários serviços públicos, comprometendo a segurança dos trabalhadores, pois os grupos privados buscam resultados a curto prazo e não têm compromisso social.

Para não enredar cada vez mais no processo de degradação, os trabalhadores somam suas forças na Campanha Salarial Unificada que será lançada no dia 15/5, a partir das 16h, na Praça da República.

Mais investimento, mais metrô

O Sindicato sempre defendeu a destinação de recursos públicos para a expansão, manutenção e operação do sistema metroviário. Porém, a política econômica que vigorou nos últimos anos impedia o financiamento de empresas públicas, e o transporte público sobre trilhos, entre eles o Metrô, não conseguiu recursos para sua expansão.

A Federação Nacional dos Metroviários, junto com outras entidades, tem reivindicado ao novo governo a necessidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desenvolver uma política de valorização do transporte público, que corrija a diretriz política do governo FHC que, junto com Alckmin, privatizou, terceirizou e sucateou os serviços públicos.

Com esse entendimento, o Sindicato continua defendendo a expansão da Linha 5 até Santa Cruz, da Linha 2 até Vila Prudente, a construção da Linha 4, ligando Vila Sônia à Luz e a instalação da ventilação nas estações da Paulista.

Precisamos nos mobilizar para exigir que seja priorizada a construção de novas linhas do Metrô, ampliação das existentes e a liberação de recursos para corrigir problemas que afetam os metroviários e usuários.

Máquinas de vender bilhetes

Serviço privado com recurso público

Ao invés de promover novas contratações de bilheteiros, para acabar com as imensas filas nos caixas, a direção do Metrô terceirizou esses serviços através das máquinas automáticas de vender bilhetes

Além de não resolver o problema das imensas filas nos caixas, as máquinas automáticas de venda de bilhetes causam transtornos antes inexistentes, como a demora na emissão do bilhete, venda de bilhetes errados, troco errado com demora para correção e eliminação de postos de trabalho.

Em virtude da empresa fornecedora das máquinas (Phonecard) ser ineficiente no atendimento ao usuário, a direção do Metrô tem designado metroviários para atender as máquinas, caracterizando a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

Os metroviários são pagos pelo Estado para atender os usuários e não para prestar serviços a esta empresa privada que deve ter como obrigação contratual a venda de bilhetes com rapidez, segurança e assistência técnica eficiente, antes de causar prejuízos aos usuários.



Acidente na Linha 5 do Metrô mata trabalhador eletrocutado



No dia 24/4, data em que o Metrô comemorou seus 35 anos de implantação, o funcionário da Alstom, Manoel Plínio dos Santos – 31 anos, casado, pai de uma filha de 9 anos, foi vítima de um acidente fatal quando realizava inspeções de rotina em cima de um trem, parado na oficina do pátio do Metrô em Capão Redondo, recebendo uma descarga elétrica de 1500 volts.

O acidente ocorreu devido a falta de sinalização de desligamento da rede elétrica que alimenta os trens. Problemas com a rede aérea de alimentação elétrica na Linha 5 têm sido frequente e já provocaram vários acidentes, mas até o momento nenhum havia ocorrido com tanta gravidade.

Desde o início do funcionamento da Linha 5 o Sindicato vem denunciando os constantes problemas devido a inauguração

às pressas da obra inacabada. A terceirização dos serviços metroviários e a falta de segurança têm agravado o quadro de risco e gerado acidentes graves.

A morte do trabalhador da Alstom é o exemplo recente das conseqüências trágicas da precarização das condições de trabalho e da terceirização dos serviços públicos.

Para não pagar adicional de periculosidade elétrica aos funcionários, o Metrô alega que as linhas aéreas energizadas não oferecem risco de acidente. Porém, os fatos demonstram que os metroviários estão expostos ao risco elétrico e têm direito ao adicional.

A luta dos trabalhadores por segurança no sistema metroviário é legítima e necessita da solidariedade e apoio da população usuária que também precisa de um transporte seguro e de qualidade.